

Meirelles afirma que o risco-Brasil poderá cair à metade a longo prazo

FMI se reúne hoje com governo e país pode sacar US\$ 10 bi em junho

Patricia Eloy e Vivian Oswald

• RIO e BRASÍLIA. O presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, disse ontem que a longo prazo o risco-Brasil, que hoje está em 780 pontos centesimais, pode chegar aos 300 pontos. Ou seja, cair até um pouco mais da metade. Em um debate sobre inclusão social, realizado ontem à noite no Rio, ele reafirmou que, a despeito das declarações de integrantes do governo sobre o câmbio, o BC não trabalha com metas cambiais, e sim de inflação:

— A nossa expectativa é de que o risco continue a cair. A longo prazo, vai chegar a 700, 500, 400 pontos, quem sabe até os 300 pontos. Nosso objetivo é fazer com que o risco-Brasil caia ainda mais. Sobre o dólar, o presidente já deixou muito clara a sua posição e o BC, em relação ao câmbio, sempre tem dito a mesma coisa: temos metas de inflação, não metas de câmbio. E ponto.

Indagado sobre o peso da redução dos juros no crescimento econômico e o consequente aumento da inclusão social dos brasileiros, o presidente do BC disse:

— A precondição para que o país cresça é a inflação baixa e para isso, o BC tem que ter uma política monetária adequada. A partir do momento em que a inflação cair, certamente os juros poderão segui-la.

Meirelles: país vai sacar o que tem direito no FMI

Sobre as recentes declarações do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de que já há espaço para redução nos juros, Meirelles disse que a ata do Copom deixa muito clara a função do BC.

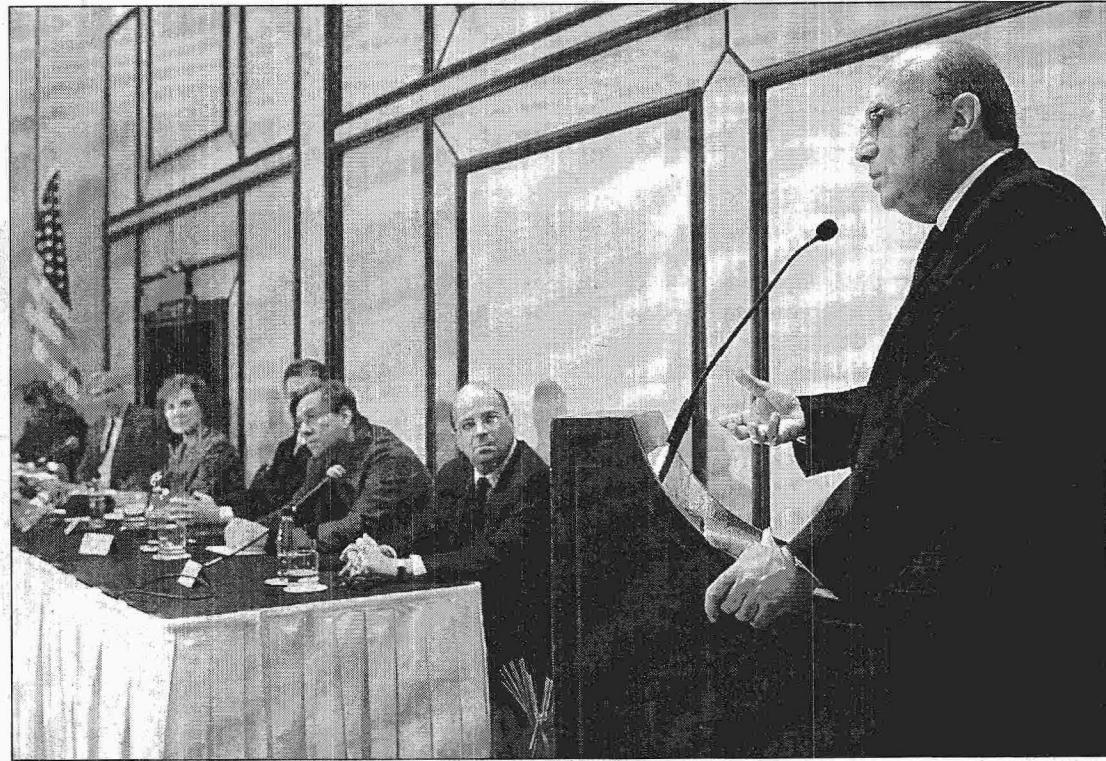
— O ministro Palocci falou com muita clareza, mas não anunciou nenhuma medida.

Sobre o acordo de US\$ 30 bilhões firmado entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o presidente do BC disse que o Brasil completará o programa e "vai sacar aquilo a que tem direito dentro dos termos do acordo".

— E o programa vai muito bem — ressaltou.

A missão técnica do FMI, chefiada pelo argentino Jorge Marquez-Ruarte, começa hoje a terceira avaliação do acordo fechado no fim de 2002. Se as contas do país forem aprovadas, o país poderá sacar em junho a maior parcela prevista até agora no pacote, no valor de US\$ 10 bilhões.

Esta será a primeira avaliação dos indicadores econômicos obtidos pelo governo Lula, porque se refere aos números do primeiro trimestre do ano. Os técnicos do FMI, que chegaram ontem ao Brasil, reúnem-se hoje à tarde com Meirelles e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.



HENRIQUE MEIRELLES, presidente do BC: "Nosso objetivo é fazer com que o risco-Brasil caia ainda mais"

Dos US\$ 30 bilhões que o FMI vai emprestar ao Brasil até setembro, quando termina o acordo, o país já sacou US\$ 10 bilhões.

Nas reuniões com a equipe do Fundo, o governo deve rever os parâmetros econômicos do acordo. O valor do dólar, por exemplo, estava em R\$ 3,56 no último dia útil de fevereiro, mês em que a missão do FMI esteve no Brasil para fazer a segunda avaliação do acordo. Na última sexta-feira, a cotação do dólar estava em R\$ 2,96.

As contas externas também têm apresentado resultados bem melhores. No primeiro trimestre do ano, o saldo em transações correntes foi posi-

tivo em US\$ 82 milhões, o melhor desempenho desde 1994. No início do ano, o governo aumentou a meta de superávit primário do setor público consolidado (União, estados, municípios e empresas estatais) de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

A nova meta, incluída no acordo com o FMI, corresponde a R\$ 68 bilhões no ano, R\$ 8 bilhões a mais do que a anterior. No primeiro trimestre de 2003, o resultado primário foi de R\$ 22,835 bilhões e superou em R\$ 7,435 bilhões a meta de R\$ 15,4 bilhões para o período acertada com o FMI.

Outro assunto a ser discutido com o Fundo deve ser o

mechanismo anticíclico que está sendo avaliado pela equipe econômica e pode ser implantado no Brasil a partir de 2005. Por esse mecanismo, o Brasil poderá fazer superávits primários menores quando estiver apresentando um crescimento econômico menor. Nos períodos de crescimento maior, a ideia é promover saldos ainda maiores nas contas públicas do país.

As reformas também estão em pauta. Em sua última vinda ao Brasil, Marquez-Ruarte chegou a ficar um dia a mais em Brasília para conversar com Palocci sobre a reforma tributária. O FMI acompanha as reformas com interesse. ■